

APRESENTAÇÃO

O número 43 de *Trabalhos em Lingüística Aplicada* é constituído de 13 artigos e uma resenha de livro. Os primeiros quatro textos apresentam resultados de pesquisas em torno das práticas de escrita em língua materna e em língua estrangeira. A segunda parte se constitui de textos que abordam temas variados, todos ligados, evidentemente, a pesquisas de natureza aplicada, como o processo de leitura em língua materna, a questão da identidade, a formação do professor na era da informática. Convém ressaltar a variedade de linhas teóricas e metodológicas que subjazem aos trabalhos aqui apresentados, indiciando a riqueza da área de Lingüística Aplicada, bem como a diversidade regional representada pelos autores (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Paraíba).

Os dois primeiros estudos relatados neste volume fazem parte de um projeto integrado que tematiza a escrita em contextos de ensino. O primeiro deles, escrito por Rafael, conduzido a partir de uma análise de monografias produzidas por professoras-alunas de um curso de especialização em Lingüística Aplicada, mostra como as professoras, em situação de formação e orientação de natureza reflexiva, foram capazes de produzir conhecimentos sobre suas práticas de escrita, texto e gênero textual (saberes de natureza integradora), a partir de concepções teóricas ou saberes conceituais de referência. Com base nesses resultados, o autor defende práticas de formação inicial e continuada “que privilegiem estudos reflexivos sobre a relação teoria-prática” ou, em outras palavras, que incorporem a reflexão como parte da ação pedagógica.

Partindo do pressuposto de que o livro escolar é uma fonte valiosa, mas complexa, para o estudo do cotidiano e dos saberes escolares, o segundo artigo, de autoria de Bunzen, analisa três manuais escolares de língua portuguesa para o Ensino Médio, discutindo as crenças e valores por eles atribuídos às práticas de escrita. O autor parece concordar com Street ao sugerir que “as crenças e os valores sobre a escrita presentes no ambiente escolar e cristalizadas em muitos livros didáticos favorecem, na maioria das vezes, uma visão de escrita mecânica e autônoma”, em que o aluno é visto como um sujeito incapaz de pensar. O artigo conclui mostrando, ainda, outras características desses manuais: estarem em conflito com eles mesmos, na medida em que têm dificuldades em definir que modelo de escrita privilegiar, em tratarem as práticas de letramento não escolares dos alunos e em conscientizá-los da importância do ensino da produção de texto.

O artigo de Rodrigues Silva também analisa o livro didático, mostrando como as orientações relativas à prática de análise lingüística propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental são operacionalizadas em três coleções que admitem terem sido orientadas pelo documento. A partir de uma análise

dos PCN embasada por conceitos de Hasan, Silva conclui que o documento faz uma crítica ao que o autor denomina de *letramento de identificação* (referindo-se à nomeação ou classificação de elementos lingüísticos) e *letramento de ação* (referindo-se a uma pedagogia baseada em gêneros textuais), propondo o desenvolvimento do *letramento reflexivo*, que teria como objetivo uma expansão da capacidade de análise crítica do aluno a partir de uma monitoração das possibilidades de uso da linguagem, transformando as atividades escolares para que possam aproximar-se das práticas de uso da escrita na sociedade em geral. A análise dos livros didáticos, entretanto, parece evidenciar três formas distintas de operacionalização das orientações dos PNC: embora as orientações nos manuais do professor sinalizem para o desenvolvimento do *letramento reflexivo*, algumas atividades de duas das coleções sugerem o desenvolvimento do *letramento de identificação* e também *de ação*. Apesar desses conflitos (também identificados no estudo de Bunzen), o autor destaca a importância do livro didático pós-PCN como um elemento de desestabilização e renovação do ensino tradicional de língua portuguesa.

Recski também aborda a escrita, desta vez em inglês como língua estrangeira e sob uma outra perspectiva, ao comparar itens lexicais que expressam certeza ou incerteza em composições acadêmicas argumentativas produzidas por aprendizes brasileiros e por alunos britânicos e americanos. Embora os dois grupos utilizem uma variedade pequena de verbos modais e advérbios, os resultados parecem indicar que os brasileiros apresentam uma dificuldade maior, por usarem construções sintáticas mais simplificadas, um menor número de dispositivos epistêmicos, serem mais assertivos e terem mais dificuldade para expressar grau adequado de certeza, o que o autor considera prejudicial para as oportunidades acadêmicas e profissionais desses aprendizes. Práticas que valorizem a importância da linguagem epistêmica e familiarizem os alunos com as convenções de vários gêneros acadêmicos em inglês são sugeridos como uma forma de desenvolvimento da competência retórica.

O artigo de Ribeiro da Silva apresenta os resultados da análise de uma aula de leitura e interpretação de textos na primeira série do Ensino Médio de uma escola pública estadual da cidade de Jataí (Goiás), na tentativa de superar a prática tradicional da leitura decodificadora, com base na abordagem sociointeracional. O autor defende a idéia de que essa abordagem permite ao aluno ler “o que não está explicitado, interagindo com o texto e construindo o seu sentido a partir de uma relação estabelecida entre texto, leitor e autor”.

Fraga, a partir de um estudo mais amplo sobre a descrição do francês falado por brasileiros, no meio escolar e universitário, traz à apreciação do leitor reflexões relevantes para o ensino do francês como língua estrangeira, com base em dados fonéticos que levam em conta o timbre, o contexto de realização de vogais nasais inexistentes no sistema fonético da língua portuguesa e o estágio de aprendizagem dos informantes selecionados.

A seguir, Terra discute os usos sociointeracionais da língua materna (LM) por nove aprendizes adultos em situações concretas de aprendizagem do inglês como língua estrangeira, discutindo e analisando os modos de engajamento desses alunos na construção conjunta de conhecimento da língua-alvo. A partir desse estudo, sugere que, “usada idealmente dentro de um *continuum* que não privilegie pólos extremos (...), a LM constitui um recurso mediacional valioso a ser considerado no processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras”.

O texto de Moreira, por sua vez, defende a idéia de que o professor precisa não apenas dominar as novas técnicas, mas entendê-las, “exercer juízo crítico sobre elas, atentando para o momento em que vivemos e para a necessidade cada vez mais imperiosa de formar cidadãos capazes de se inserir e exercer uma atuação social consciente”. Trata-se de um texto argumentativo, de cunho teórico, que traz à baila importantes reflexões sobre o uso das novas tecnologias, principalmente do computador na sala de aula da rede pública de ensino, na defesa de uma prática reflexiva e consciente da parte do professor.

Defendendo princípios semelhantes, Menegazzo revisita a noção de método no domínio do ensino-aprendizagem de língua estrangeira, ao longo dos anos, até chegar à visão do pós-método, que, segundo o autor, possibilita ao professor produzir conhecimentos a partir de sua prática, analisando e avaliando o processo de ensinar e de aprender que ele gera. Finalmente, propõe que o professor seja um investigador de sua prática e um profissional autônomo, consciente de suas ações e decisões pedagógicas. Trata-se de um apanhado histórico de grande relevância para quem se interessa pelo ensino de línguas.

Ainda num tratamento histórico, Camargo faz um apanhado do ensino da língua espanhola no Brasil, traz comentários interessantes sobre o surgimento do Mercosul e discute o discurso hegemônico presente no desejo de aprender o idioma em foco. Tal discurso se pauta na defesa de uma pureza lingüística, de um modelo cultural padrão, bem como no mito do espanhol como língua fácil e possível de ser aprendida na sua completude, por todo falante de língua portuguesa. O autor conclui que é preciso “que emergja uma política pedagogicamente crítica do ensino do espanhol como LE no Brasil”; mas, para isso, faz-se necessário trazer à baila uma discussão consistente sobre a formação dos futuros profissionais que, mais do que nunca, precisam ser críticos.

O texto seguinte, de autoria de Martins, se propõe a examinar, na produção textual da Teoria da Atividade (TA), a disputa teórica e metodológica entre as correntes marxista e pós-moderna, a respeito das noções de “atividade”, “linguagem” e “ação”, centrais nos estudos sobre linguagem e trabalho. Discute os efeitos discursivos e ideológicos na apropriação do pensamento marxista pela TA, afirmando que esses efeitos produzem três sentidos: a) o questionamento sobre a centralidade da teoria marxista na constituição da Teoria, b) a visão restrita de Vigotski, Luria e Leontev em relação à linguagem e c) a pertinência do ecletismo na construção da Teoria.

Para finalizar, dois textos sobre a identidade: um mais teórico, que se propõe a analisar e a discutir, à luz das reflexões de Derrida em *O Monolingüismo do Outro*, o texto de Stuart Hall, *Identidade Cultural*, e outro, que traz reflexões a respeito do lugar da língua materna na constituição identitária do sujeito bilíngüe (português-inglês). O primeiro relaciona o tema da identidade às questões de língua e cidadania, problematizando as afirmações categóricas de Hall a respeito da transformação, no tempo, da concepção de sujeito e identidade. Nessa linha de pensamento, a autora argumenta que “as identidades jamais foram fixas ou tranquilas. Apenas pareciam como tal” e que não é possível “abrir mão dos seus efeitos necessários a despeito de impossíveis, sem os quais não haveria as noções de identidade nacional, de pertencimento, de língua materna, de identidade, de nação, de cidadania”.

O segundo se propõe a analisar e compreender a posição da língua materna (LM) (portuguesa) na construção da identidade de sujeitos bilíngües, considerando a forte presença

do inglês como língua estrangeira (LE) em nossa sociedade. A partir da análise das respostas de quatro sujeitos a um questionário, foi possível concluir que “o sujeito que está entre línguas (...) é pulverizado por identidades híbridas e múltiplas que advêm das identificações com a língua do outro e resultam da impossibilidade de se traçar fronteiras entre a LM e a LE, bem como de (de)marcar os lugares que estas ocupam na constituição do sujeito”.

Finalmente, este volume termina com uma resenha elaborada por Mattos, a respeito da obra *Linguagem & Comunicação Social: visões sobre a Lingüística Moderna* de Luiz Gonçalves Corrêa.

Maria José R. F. Coracini
Matilde V. R. Scaramucci